



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

O combate às excursões turísticas a “custo zero”

Desde o retorno de Macau à Pátria, tem-se registado um excelente desenvolvimento no âmbito do sector do turismo. Graças aos apoios do Governo Central, o número de turistas é cada vez maior, o que acarreta o avanço estável da nossa economia, e são também beneficiados os diversos sectores, como, por exemplo: hotelaria, restauração, venda a retalho e convenções e exposições, etc. A taxa de desemprego atinge um nível muito baixo. Todos os sectores prestam a sua colaboração com as linhas de governação do Governo da RAEM, no sentido de construir conjuntamente um Centro Mundial de Turismo e Lazer. No entanto, o rápido desenvolvimento do sector do turismo também desencadeou diversos desafios e impactos. Segundo a imprensa, voltam a aparecer as excursões turísticas a “custo zero” e os turistas nelas incluídos são obrigados a fazer compras em determinados sítios. Se não cumprem, podem ser retirados do respectivo grupo, ou seja, têm de regressar ao Interior da China à sua custa. Para além de prejudicar a qualidade do serviço prestado, esta situação também prejudica a imagem de Macau como cidade turística, impedindo gravemente a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Segundo um relatório, publicado no *website* Nielsen, sobre os turistas do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interior da China, estes já não vêm a Macau só para fazer compras, mas também participam noutras actividades, o que pode incentivar o desenvolvimento dos sectores locais. Todavia, há agências de turismo que empregam certos meios, por exemplo, preços imbatíveis ou descontos, para dissimular a verdadeira natureza, aparentemente vantajosa, das excursões que organizam, tudo isto com vista a atrair a adesão dos turistas, ou então trazem-nos para fazer compras em determinados sítios, a fim de ganharem comissões, cobrando até despesas adicionais a diversos títulos. É possível que esta situação não seja muito frequente, mas nós não queremos que haja um caso destes sequer. Como já houve este tipo de casos, as autoridades devem combater logo esta irregularidade, senão, isto irá provocar mais conflitos entre os turistas e as agências, resultantes dessas excursões a “custo zero”. Tudo isto pode vir a desencadear repercussões negativas para o sector do turismo de Macau e também para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Há vários anos, as autoridades da China definiram leis para regularizar o sector turístico, ou seja, criaram normas para regular a matéria dos rendimentos auferidos pelos profissionais do sector, sobretudo em termos de comissões cobradas e maneira de repartição das mesmas. Em Macau, os profissionais do sector do turismo criticam que os serviços competentes apenas apontam as culpas ao guia turístico, quando há conflitos. Ora, o Governo deve aprender com a actuação do Interior da China, ou seja,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

definir leis para assegurar o rendimento dos guias, bem como regular a conduta das agências turísticas, promovendo o desenvolvimento saudável do sector. O Governo vai fazer isto?

2. As irregularidades das excursões a "custo zero" continuam a verificar-se e é inegável que se devem à influência das acções por parte do Interior da China. O Governo está a acompanhar esta situação? De que medidas o Governo dispõe para evitar a repetição das referidas irregularidades? O Governo deve reforçar a cooperação com as regiões vizinhas, no sentido de rever ou redefinir o mecanismo de comunicação com as autoridades da China. O Governo vai fazer isto?
3. Os conflitos entre guias e turistas verificam-se principalmente em relação à situação de os últimos serem coagidos a fazer compras. Quanto a isto, o Governo já proíbe legalmente que as agências exerçam outras actividades para além do turismo. Todavia, segundo alguns residentes, o combate às irregularidades do conluio entre agências e lojas ainda não é suficiente, pois este continua a ser frequente em Macau. Ora, o Governo dispõe de medidas e de um mecanismo de inspecção para resolver isto? De que medidas o Governo dispõe para permitir que os turistas consigam identificar estas lojas?

16 de Abril de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Zheng Anting